



Perspectivas acadêmicas sobre o professor de atendimento educacional especializado

Academic perspectives on the specialized educational service teacher

Perspectivas académicas sobre el docente del servicio educativo especializado

Adriana Aparecida Meira Silva¹, Marcos Cezar de Freitas².

RESUMO

Objetivo: Explanar sobre os desafios e contribuições do Professor de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) na perspectiva do Ensino Colaborativo. **Revisão bibliográfica:** Através de estudos selecionados, nos foi possível compreender os desafios, contribuições e reflexões acerca do desenvolvimento do trabalho do PAEE em escolas regulares no tocante ao desenvolvimento do processo de escolarização de crianças demarcadas por uma deficiência. **Considerações finais:** O trabalho desenvolvido pelo PAEE na perspectiva do Ensino Colaborativo surge nos estudos por nós analisados como benéfico para aprendizagem e socialização de alunos demarcados por uma deficiência no espaço escolar, entretanto, a implementação dessa modalidade de colaboração ainda sofre com desafios como tempos e espaços para planejamentos e discussão de casos, ausência de formação continuada em educação inclusiva de professores regente e compreensão do que fato é a atuação do PAEE na escola. Por fim, os estudos indicam que a partir do momento em que a escola compreender a relevância dessa colaboração e remover as barreiras que a impedem de ocorrer efetivamente, será possível tornar a escola um espaço que acolha a diversidade nela presente.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Professor de atendimento educacional especializado, Pesquisa.

ABSTRACT

Objective: To explain the challenges and contributions of the Specialized Educational Service Teacher (PAEE) from the perspective of Collaborative Teaching. **Literature review:** Through selected studies, it was possible to understand the challenges, contributions and reflections on the development of the PAEE work in regular schools regarding the development of the schooling process of children with disabilities. **Final considerations:** The work developed by the PAEE from the perspective of Collaborative Teaching appears in the studies we applied as beneficial for the learning and socialization of students with disabilities in the school environment. However, the implementation of this type of collaboration still faces challenges such as time and space for planning and discussing cases, lack of continuing education in inclusive education for teachers, and understanding of what the PAEE role in the school actually is. Finally, the studies indicate that from the moment the school understands the relevance of this collaboration and removes the barriers that prevent it from occurring effectively, it will be possible to make the school a space that welcomes the diversity present in it.

Keywords: Inclusive education, Specialized educational support teacher, Research.

¹ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo - SP.

RESUMEN

Objetivo: Explicar los desafíos y aportes del Docente del Servicio Educativo Especializado (PAEE) desde la perspectiva de la Enseñanza Colaborativa. **Revisión bibliográfica:** A través de estudios seleccionados, nos fue posible comprender los desafíos, aportes y reflexiones sobre el desarrollo del trabajo PAEE en las escuelas regulares en relación al desarrollo del proceso de escolarización de niños marcados por una discapacidad. **Consideraciones finales:** El trabajo desarrollado por PAEE desde la perspectiva de la Enseñanza Colaborativa aparece en los estudios analizados por nosotros como beneficioso para el aprendizaje y la socialización de los estudiantes marcados por una discapacidad en el espacio escolar, sin embargo, la implementación de este tipo de colaboración aún se resiente. desde desafíos como tiempos y espacios para la planificación y discusión de casos, falta de capacitación continua en educación inclusiva para docentes regulares y comprensión de cuál es el rol del PAEE en las escuelas. Finalmente, los estudios indican que una vez que la escuela comprenda la relevancia de esta colaboración y elimine las barreras que impiden que se produzca de manera efectiva, será posible hacer de la escuela un espacio que acoja la diversidad presente en ella.

Palabras clave: Educación inclusiva, Servicio educativo especializado docente, Investigación.

INTRODUÇÃO

A educação básica é um direito assegurado a todo cidadão brasileiro conforme a Constituição Federal (1988), entretanto, para pessoas com deficiência, este direito precisou do apoio e garantia de outras leis que normatizam não apenas o acesso, mas a permanência e os apoios necessários para uma educação inclusiva. Entretanto, até chegarmos em 1988, a educação de alunos com deficiência percorreu um caminho árduo. O primeiro marco de direitos positivados vem com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948 (DUDH), extremamente relevante na promoção de direitos fundamentais para a vida coletiva, não permitindo que se repitam as atrocidades das duas grandes guerras. Partindo desse contexto, observamos como a DUDH (1948) delinea os principais direitos de cada indivíduo, tornando-se referência para que os Estados norteassem as próprias Constituições.

No Brasil, em 1961, podemos perceber este movimento com a emenda à Constituição apresentada pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº4.024/61, dispositivo legal que determina as formas e direitos de todos os brasileiros no tocante à educação, inclusive, de pessoas com deficiência. Digo inclusive, porque é a primeira vez que a deficiência é demarcada com relação aos direitos educacionais e, por ela, a pessoa com deficiência passa ter assegurado o direito de acesso à educação, mesmo que no ensino especializado e fora do espaço escolar regular.

Antes do que agora denominamos Educação Inclusiva, observamos que muitas outras leis foram surgindo na cena educacional, podemos citar a Lei nº 5.962/71, a LDBEN de 1971 que defende o direito à educação por pessoas com deficiência no ensino especializado, a Constituição Federal de 1988 (CF) que promove o compromisso do Estado com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069/90, que foi promulgado para regulamentar o direito da criança e do adolescente na promoção da proteção em relação à seguridade social, física e educacional, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade (1994), conhecida como Declaração de Salamanca que apresenta aspectos específicos sobre os direito à educação de todas as pessoas com deficiência.

Todas essas leis positivadas foram base para a consagração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) - PNEEPEI, importante documento norteador das políticas em educação inclusiva a nível nacional, cujo objetivo, é assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, além de orientar sistemas de ensino que garantam acesso e permanência no ensino regular.

Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho foi compreender quais são os desafios e contribuições da atuação do Professor de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) em escolas públicas brasileiras.

Sendo este, um profissional que emerge na educação brasileira através das políticas públicas implementadas desde a C.F de 1988.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O presente artigo realizou uma investigação na BDTD entre os anos de 2008 a 2023 utilizando as palavras chave PAEE, Educação Inclusiva e Pesquisa. Desse levantamento, resultaram noventa estudos que contemplavam pesquisas relacionadas à Educação Especial, Planejamento Educacional Individualizado, Sala de Recursos Multifuncionais, Professor de Educação Especial, Ensino Colaborativo, Atendimento Educacional Especializado, Professor de Atendimento Educacional Especializado e Políticas públicas em Educação Inclusiva. Além desses temas, foram encontrados estudos que relacionam o tempo e espaço em que a Educação Inclusiva ocorre, como por exemplo, o AEE durante a pandemia, em escolas indígenas e na Educação de Jovens e Adultos.

Desses noventa estudos, excluímos aqueles que se apresentaram em duplicidade, os que não tinham por objetivo analisar as contribuições do PAEE em escolas regulares e os que não possuíam entrevistas semiestruturadas como método de coleta de dados. Dos critérios utilizados para excluir os estudos que não seriam analisados, sobraram catorze estudos que apresentaram através de entrevistas coletadas a percepção dos profissionais que atuam no espaço escolar sobre as contribuições e desafios da presença do PAEE no processo de escolarização dos alunos com deficiência.

Dentre os estudos selecionados, iniciamos a análise por aqueles que foram produzidos a partir de 2014. Durante este ano, Lago DC (2014) e Oliveira VM (2014) produziram estudos que foram caracterizados como pesquisas qualitativas do tipo participante. Nestes estudos, os pesquisadores atuaram como Professor de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) em colaboração com os professores regente da sala regular. Dessa experiência, os pesquisadores coletaram em entrevistas semiestruturadas a percepção dos regentes sobre a atuação do PAEE após a aplicação do projeto de pesquisa.

Em ambos os estudos, os professores entrevistados relataram que os desafios desta colaboração estão na promoção de tempo pedagógico para discussão de casos e planejamento das aulas, presença da gestão escolar na promoção do tempo pedagógico, qual é o papel do professor regente frente ao processo de escolarização de alunos com deficiência e ausência de formação complementar para esta atuação, principalmente no tocante à adaptação de materiais didáticos. Em relação às contribuições do PAEE, os entrevistados relataram que a parceria entre eles denominada de Ensino Colaborativo foi muito benéfica, pois foi possível à eles perceberem as potencialidades de seus alunos, desde que tivessem material adequado para o trabalho pedagógico. Zerbato AP (2014) se junta a este grupo com seu estudo qualitativo de tipo descritivo. Em sua investigação a pesquisadora entrevistou professores regente, do AEE e gestores acerca dos resultados obtidos com a implementação do Ensino Colaborativo.

Os resultados apontaram que os professores regentes relataram grande dificuldade em desenvolver um trabalho inclusivo sem o apoio direto do professor do AEE, expuseram a escassez de tempo para trabalho pedagógico no planejamento das aulas, assim como, disseram ser muito positivo os resultados que obtiveram em relação a aprendizagem dos alunos com deficiência quando exercitam a prática de Ensino Colaborativo com o PAEE. A entrevista com a gestão escolar trouxe um olhar de que nem sempre é possível promover tempo de trabalho entre regente e PAEE e, que para tentar suprir essa demanda, disponibiliza alguns momentos no HTPC.

Em 2015, não localizamos trabalhos para que se fizesse uma análise e, desse modo, seguimos para o ano de 2016. Moscardini SF (2016) realizou um estudo qualitativo de observação no qual, em seu diário de campo, fez relatos das práticas pedagógicas adotadas pelos regentes que atendiam em suas salas de aula alunos com deficiência. O pesquisador descreve inúmeras cenas que vivenciou no campo, entre elas, podemos destacar a cena em que uma professora regente faz anotações no quadro e explica aos alunos o que eles precisam fazer enquanto o aluno com deficiência é ignorado e, tenta fazer, do modo como consegue, a atividade de ligar imagem à palavra que lhe foi entregue pela professora regente.

Em outro relato, o pesquisador compartilha a experiência de um aluno que recebe da professora a atividade de recortar e colar sílabas para formar palavras das imagens de referência, em momento algum ele recebe auxílio da professora, sendo amparado de vez em quando pelos colegas de sala. Quando o pesquisador pergunta se ele entendeu, o aluno responde que não muito, mas que está fazendo para deixar de ser burro. Em entrevista com os professores, é possível observar que eles demandam por mais tempos de trabalho pedagógico com os professores do AEE para discutirem casos e planejarem as aulas, eles alegam que esses momentos são escassos ou sequer acontecem.

Nesta pesquisa, não foi observado o desenvolvimento de um trabalho com a perspectiva de Ensino Colaborativo e, conseqüentemente, a ausência desta colaboração prejudica substancialmente a experiência escolar de alunos com deficiência descritos na pesquisa. A colaboração entre regente e professor do AEE também foi observada na disciplina de Educação Física. Costa CR (2017) realizou um estudo qualitativo e descritivo que buscou observar como os princípios do Ensino Colaborativo estavam presentes ou não na colaboração entre os professores.

Para isto, foram utilizados como instrumento questionário e gravações das aulas para análise. Em seu estudo, não foram encontrados os fatores que contribuem ou prejudicam o Ensino Colaborativo, entretanto, observou-se que os professores alegam ser produtiva troca direta com o professor do AEE na construção e implementação das aulas junto aos alunos. Já no estudo de Dias SA (2018) a presença da gestão escolar no favorecimento do Ensino Colaborativo foi o centro da investigação em sua pesquisa-ação. A pesquisadora apresentou como a gestão pode promover tempos e espaços para que os professores possam construir um trabalho colaborativo. Neste estudo, foi possível observar que antes da pesquisa existia um desconhecimento sobre a potência do professor do AEE na atuação junto ao regente e a compreensão equivocada de que ele seria acompanhante do aluno.

Após a pesquisa-intervenção, o olhar foi expandido e alinhadas as expectativas de trabalho, o regente e gestão agora compreendem com clareza a função desse profissional e, dessa maneira, foi possível à gestão escolar elaborar um espaço e tempo de trabalho para que o trabalho colaborativo de fato acontecesse na escola, reverberando em benefícios nas intervenções desenvolvidas com os alunos. Rosalen PC (2019) apresentou um estudo qualitativo que deriva de sua experiência como gestora de uma escola pólo que já desenvolvia um trabalho de Ensino Colaborativo, a pesquisadora retomou seus diários de campo, atas de reunião e encontros com professores para compor sua análise sobre as práticas colaborativas com alunos demarcados por uma deficiência.

Em seus achados, encontramos professores regente que fizeram relatos de trabalho com práticas inclusivas e de troca constante com o professor do AEE. Observamos a presença da gestão promovendo uma estrutura que contribui para que professores regente, do AEE e agentes escolares tenham tempo e espaço de troca sobre os desafios de cada aluno. Em contrapartida aos achados do estudo anterior, Santo SC (2020) desenvolveu uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso que investigou a perspectiva docente sobre adaptação curricular e trabalho colaborativo. O pesquisador sinaliza em seus achados que a formação inicial dos professores regente não contribuiu para que de fato pudessem desenvolver uma prática pedagógica inclusiva e, em um dos relatos, um professor expressou ser necessário fazer uma formação continuada em Educação Especial para que pudesse construir um arcabouço de conhecimentos para atender aos alunos que demandam adaptações de currículo.

Também encontrou-se relato dos regentes de que o trabalho do professor do AEE é restrito à SRM, além das dificuldades de implementação de um trabalho colaborativo por ausência de tempos e espaços para troca sobre as potencialidades de cada aluno público alvo da educação especial. Azevedo THS (2020) desenvolveu um estudo qualitativo de pesquisa-ação, cujo objetivo é investigar como a formação pode influenciar nas práticas pedagógicas dos professores no tocante à inclusão.

Em seus achados, observamos pelos relatos dos investigados que muitos alegam não saber como trabalhar com o aluno com deficiência, pois não tiveram formação para tal, assim como, relatam que quando estão atuando com esses alunos, não conseguem atender aos demais gerando um ciclo excludente no montante global de uma aula. Outros pontos apresentados no estudo são relacionados a ausência de

encontros para discussão dos casos, como estão em turnos diferentes, os professores regente e do AEE se falam apenas por mensagem de texto. Já os professores do AEE relatam como é difícil para os regentes compreenderem que o aluno com deficiência também é um aluno do professor na sala regular e não somente aluno do AEE.

Por fim, os pesquisados relatam que quando conseguem atuar colaborativamente com o professor do AEE são observáveis avanços na aprendizagem dos alunos. Em 2021 encontramos três estudos que abordam o Ensino Colaborativo na perspectiva das articulações entre professores regentes e do AEE. Costa LGS (2021) e Nazário CRSM (2021) desenvolveram estudos qualitativos do tipo pesquisa-participante. Já Teixeira A (2021) realizou um estudo de cunho exploratório.

Nas pesquisas de Costa e Nazário, encontramos relatos sobre a problemática presente nos estudos anteriores como a falta de tempo para planejamento e discussão de casos, formação não suficiente para atuar com os alunos - embora no estudo de Costa LGS (2021) uma professora relata que apesar de não possuir uma formação específica, sente-se preparada para atuar com os alunos - e reconhecimento de que quando a prática de Ensino Colaborativo é implementada isto favorece no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência.

Já no estudo exploratório de Teixeira A (2021), foi possível encontrar relatos de que existe tempo para discussão de casos, mas isso é mais frequente quando os regentes dobram o turno na escola, com os demais, essa frequência tende a cair, em relação ao Ensino Colaborativo os professores demonstram conhecer a perspectiva, entretanto, a implementam numa modalidade em que o professor do AEE não fica em sala de aula, mas faz orientações de como o regente pode atuar após observações de aulas do regente, já o ponto comum com os estudos anteriores é sobre a dificuldade dos regentes em desenvolver uma prática pedagógica que acolha todos os alunos presentes na aula dele.

Bernardi V (2022) realizou um estudo qualitativo exploratório sobre Ensino Colaborativo na Educação de Jovens e Adultos (EJA) de alunos público-alvo da Educação Especial. Em sua investigação encontram-se relatos de professores do AEE que alegam ser possível desenvolver o trabalho pedagógico com os alunos desde que os professores dos componentes curriculares sejam formados, assim como, outros profissionais do AEE dizem que o trabalho não flui de fato na aprendizagem do aluno.

Outro ponto abordado é sobre a implementação da prática de Ensino Colaborativo, os professores do AEE relatam que suas participações se resumem a presença em HTPC e/ou observações da sala de aula. Entre os professores regente, as questões sobre Ensino Colaborativo apresentaram respostas diversas, entre elas, que a prática tem pouco resultado, uma vez que, ela ocorre na escola de forma parcial e não integral, além da formação deles não ser suficiente para lidar com as demandas individuais de cada aluno.

Fechamos nossa breve revisão com o estudo qualitativo de Trovo KAD (2023) que abordou a articulação do trabalho do AEE com o ensino regular. As entrevistas com os professores revelaram uma modalidade de Ensino Colaborativo que consiste numa colaboração na qual o professor do AEE não está fixamente na escola, mas realiza visitas esporádicas para observar os alunos e orientar os professores, segundo os regentes, essa modalidade pouco colabora para uma prática pedagógica inclusiva.

Os regentes relatam que é importante o trabalho do AEE, mas entendem que precisam de mais tempo de trabalho pedagógico juntos para que possam construir práticas que favoreçam a aprendizagem dos alunos e, por fim, relatam que algumas das barreiras que impedem do Ensino Colaborativo de fluir é a promoção de tempos e espaços para planejamento conjunto, assim como, professores do AEE relatam ser necessário que alguns professores compreendam suas orientações como uma colaboração e não uma imposição do modo de se trabalhar com os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de Ensino Colaborativo na perspectiva da Educação Inclusiva se apresenta como um direito e uma alternativa de trabalho em prol da aprendizagem e escolarização de alunos demarcados por uma deficiência, entretanto, como foi possível observar nos estudos por nós analisados, a implementação dessa

prática requer investimentos que mexem na estrutura da organização escolar, demandando da gestão a promoção de tempos, espaços e formação continuada para que professores regentes e do AEE possam construir planejamentos e discutir os desafios presentes para cada aluno, assim como, tornar as aulas cada vez mais inclusivas respeitando a diversidade presente na sala de aula. Por fim, foi possível mapear que a atuação do PAEE na perspectiva do Ensino Colaborativo de fato favorece para uma reflexão do quanto é necessário a construção de planejamentos e aulas que acolham toda a diversidade de aprendizagem presentes na sala de aula, pois como foi possível observar nos estudos aqui apresentados, o alunos beneficiados por essa colaboração entre professores regente e do AEE apresentam avanços em sua aprendizagem, além de ter uma experiência escolar rica em construção de conhecimento e interação com a comunidade escolar.

REFERENCIAS

1. AZEVEDO THS. Entre o específico e o indissociável: formação docente e ensino colaborativo para a inclusão escolar. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.
2. BERNARDI V. O trabalho colaborativo entre professores e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial na educação de jovens e adultos. 106 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2022.
3. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/comstituicao.htm. Acesso em 25/02/2024.
4. BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6571&ano=2008&ato=cccMTWE50dVpWTd9a> Acesso em 10/03/2024.
5. BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em 18/02/2024.
6. BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em 18/02/2024.
7. BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
8. BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEESP-Brasília: a Secretaria, 1994. Disponível em: <https://inclusaoja.com.br/wp-content/uploads/2019/09/polc3adtica-nacional-de-educacao-especial-1994.pdf>.
9. COENSINO. 138 folhas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2014.
10. COSTA CR. Análise de princípios para o trabalho colaborativo: um estudo com professores de educação física e do atendimento educacional especializado. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2017.
11. COSTA LGS. Estratégias de Ensino Colaborativo como uma proposta de São Carlos, UFSCar, 2014.
12. DIAS SA. Atuação colaborativa entre professores do atendimento educacional especializado e do ensino regular: a importância da gestão. 250 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2018. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 30 março.2024.
13. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.intelectual baseado no coensino em dois municípios. 268 f. Tese de Doutorado.
14. LAGO DC. Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência.
15. MOSCARDINI S. Deficiência Intelectual e ensino-aprendizagem: Aproximação entre ensino comum e sala de recursos multifuncionais. 153 f. Tese de Doutorado em Educação Escolar — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2016.
16. NAZÁRIO CRS M. Articulações entre docentes do atendimento educacional especializado e da sala de aula nos anos finais do ensino fundamental: tecendo redes de diálogo e colaboração. 2021. 323f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
17. OLIVEIRA VM. Ensino colaborativo e educação física: contribuições à inclusão escolar. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

18. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.
19. PNE. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – PPGEES. Universidade Federal.
20. ROSALEN PC. Práticas colaborativas no trabalho com alunos Público-alvo da Educação Especial (PAEE): o cotidiano de uma escola polo. 242 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro, 2019.
21. SANTO SC. Adaptação curricular e trabalho colaborativo na rede estadual paulista: A perspectiva docente. 149 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2020.
22. TEIXEIRA A. O Trabalho Colaborativo entre o professor de Educação Especial que atua na Sala de Recursos Multifuncionais e o do ensino comum em escolas públicas. 148 f. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus de Cascavel, 2021.
23. TROVO KAD. Articulação do Trabalho Pedagógico do Atendimento Educacional Especializado com o Ensino Regular na Rede Municipal de Corumbá (MS), 103 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Câmpus do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pantanal, 2023.
24. UNESCO & MEC-Espanha (1994). Declaração de Salamanca e Linha de Ação: sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: CORDE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sees/p/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 25/02/2024.
25. ZERBATO AP. O papel do professor de Educação Especial na proposta do AEE. Atendimento Educacional Especializado. 190 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru, 2021.